

A. I. N° - 9239901/02
AUTUADO - AILTON SILVA SANTOS DE ITAPITANGA
AUTUANTE - ALBAMAGALHAES DAVID
ORIGEM - IFMT-DAT/SUL
INTERNET - 10.12.02

1ª JUNTA DE JULGAMENTO FISCAL

ACÓRDÃO JJF N° 0405-01/02

EMENTA: ICMS. DOCUMENTOS FISCAIS. NOTAS FISCAIS. TRÂNSITO DE MERCADORIAS. Operação de entrada de mercadorias sem documentação fiscal. Infração parcialmente comprovada. Auto de Infração **PROCEDENTE EM PARTE**. Decisão unânime.

RELATÓRIO

O Auto de Infração, lavrado em 13/08/02, cobra o imposto no valor de R\$442,00 acrescido da multa de 100%, referente a entrada de 20 caixas (1x30kg) de charque no estabelecimento sem nota fiscal, conforme Termo de Apreensão de Mercadorias e Documentos n°. 033664.

O autuado em sua defesa, tempestivamente, fls. 05 e 06 dos autos, impugnou o lançamento fiscal argumentando que o auto foi lavrado sobre a alegação de existência de 20 caixas de charque sem documentação fiscal, quando na verdade somente existia 03 (três) caixas de charque no estabelecimento do autuado a qual foi verificada conjuntamente com a auditora. Diz que a auditora apenas declarou que o estoque estava irregular, lavrado o auto sem comprovar a irregularidade apontada, sendo um ato abusivo ferindo o direito do contraditório. Conclui requerendo pela improcedência total do auto de infração.

Na informação fiscal, fl.13/14, a auditora designada diz que não assiste razão ao autuado, declarando que conforme descrito no Termo de Apreensão n° 033.664 foram encontradas vinte caixas de charque sem documentação fiscal, independente de três caixas que já haviam em estoque.

VOTO

Trata-se de Auto de Infração lavrado para exigir o ICMS de R\$442,00, em razão da entrada no estabelecimento do contribuinte de mercadorias tributável sem documentação fiscal.

Inicialmente, sobre a alegação de cerceamento do direito de defesa alegado pelo defendente em função de constar no termo de apreensão existência de entrada de 20 caixas sem documento e mais 03 já existente anteriormente, entendo que em nada cerceou o direito do contribuinte que apresentou sua defesa, a qual encontra-se em análise pelo órgão julgador.

Da análise do que consta nos autos do processo, constato que efetivamente foi comprovado pelo trânsito, entradas de mercadorias tributáveis no estabelecimento do autuado sem a documentação fiscal.

Ocorre que de acordo com o Termo de Apreensão nº 033664, de 13/08/02, somente foi encontrada 03 (três) caixas de charque, sendo apreendida pelo preposto fiscal. Logo o auto não poderia reclamar imposto sobre a falta de documentação fiscal referente a 20(vinte) caixas de charque, sem apresentar qualquer elemento comprobatório.

Assim, o auto deveria ter reclamado o valor abaixo:

| Unidade | Quantidade | Valor unitário - R\$ | Base de Cálculo – R\$ | Alíquota | IMPOSTO em R\$ |
|---------|------------|----------------------|-----------------------|----------|----------------|
| Caixas | 03 | 130,00 | 390,00 | 17% | 66,30 |

Diante do exposto meu voto é pela PROCEDÊNCIA PARCIAL da autuação, no valor de R\$66,30.

RESOLUÇÃO

ACORDAM os membros da 1ª Junta de Julgamento Fiscal do Conselho de Fazenda Estadual, por unanimidade, julgar **PROCEDENTE EM PARTE** o Auto de Infração nº **9239901/02**, lavrado contra **AILTON SILVA SANTOS DE ITAPITANGA**, devendo ser intimado o autuado para efetuar o pagamento do imposto no valor **R\$ 66,30**, acrescido da multa de 100%, prevista no art. 42, IV, “a”, da Lei nº 7.014/96, e demais acréscimos legais.

Sala das Sessões do CONSEF, 18 de novembro de 2002.

CLARICE ANÍZIA MÁXIMO MOREIRA – PRESIDENTE

ANTONIO CESAR DANTAS DE OLIVEIRA – RELATOR

JOSÉ BEZERRA LIMA IRMÃO – JULGADOR